RUBENS BASILIO DE FARIA
AL RONI FERNANDO MENDES, 65 – JARDIM SERRANO TEL: 35 98835-8464
CEP 37470-000 – SÃO LOURENÇO – MG
CNPJ: 28.250.680/0001-10 **IE: 30099760096**

RECURSO ADMINISTRATIVO – PREGÃO Nº 157/2025

PROCESSO Nº 0352/2025
Fornecedor: RUBENS BASILIO DE FARIA – CNPJ: 28.250.680/0001-10

À Senhora Pregoeira e à Comissão Permanente de Licitação,

Apresento, tempestivamente, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão de inabilitação e da consequente declaração de **FRACASSO** do lote, decisão esta absolutamente nula por violar o edital, a Lei 14.133/2021, a jurisprudência consolidada do TCU e os princípios do julgamento objetivo, da razoabilidade, da motivação e da vinculação ao instrumento convocatório.

---

1. SOBRE O OFÍCIO UTILIZADO COMO FUNDAMENTO – ATO SEM VALIDADE JURÍDICA

O ofício emitido pela Secretaria de Saúde **não possui competência legal** para determinar, orientar ou influenciar o julgamento técnico ou habilitatório do pregão. O órgão requisitante pode apenas **opinar**, mas jamais impor desclassificação ou determinar o fracasso.

Jurisprudência TCU:

– **TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário:**
"A área requisitante não pode substituir o julgamento técnico da comissão ou do pregoeiro."

– **TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário:**
"É irregular a desclassificação fundada exclusivamente em manifestação da área demandante."

– **TCU – Acórdão 1.214/2022 – Plenário:**
"O parecer técnico do setor requisitante tem caráter opinativo, jamais vinculante."

Importante destacar que o **edital não prevê**, em nenhum momento, que manifestações técnicas da Secretaria de Saúde constituam critério de habilitação ou julgamento, razão pela qual sua utilização como fundamento decisório viola o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**.

---

2. ERRO GRAVÍSSIMO: DESCONSIDERAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO (WORD)

O edital exige, no item 2.2.2, **catálogo ou memorial descritivo**. O fornecedor apresentou **ambos**, porém a pregoeira analisou apenas o **catálogo PDF**, documento meramente ilustrativo, ignorando o memorial descritivo, que é o documento técnico obrigatório.

O memorial contém:
– materiais;
– estrutura e composição;
– medidas;
– instruções de conservação;
– conformidade com o Manual do Ministério da Saúde.

Do ponto de vista técnico e jurídico, o **memorial descritivo possui prevalência** sobre qualquer material ilustrativo, por constituir documento técnico formal exigido pelo edital.

A não análise desse documento torna o julgamento **irregular e nulo**.

---

3. AVALIAÇÃO ESTÉTICA DO CATÁLOGO PDF – JULGAMENTO ILEGAL

Eventual percepção de diferença estética em imagens do catálogo PDF **não pode**, sob nenhuma hipótese, fundamentar inabilitação ou declaração de fracasso.

O catálogo é **meramente ilustrativo**, conforme entendimento consolidado do TCU, e não substitui o memorial técnico.

Mesmo que haja variações de iluminação, proporções ou ângulos — comuns em qualquer catálogo comercial — tais elementos **não configuram descumprimento do edital**, e não podem justificar desconsiderar o memorial descritivo, que contém todas as especificações técnicas exigidas pelo edital.

TCU – Acórdão 3.316/2014 – Plenário:
"É vedado julgamento estético e subjetivo. A análise deve ser objetiva e documental."

Reitera-se o entendimento acima, reforçando que julgamento estético viola o **princípio do julgamento objetivo**.

O correto seria:
✓ realizar diligência (art. 64 da Lei 14.133);
✓ questionar qual modelo seria entregue;
✓ comparar o memorial com o Manual oficial.

---

4. DA DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DO ITEM 2.7.1 — A ÚNICA GARANTIA FORMAL DE CONFORMIDADE

Os licitantes **DINAMO EXPRESS** e **ANDRÉ GUSTAVO** foram corretamente inabilitados por não apresentarem a declaração obrigatória do item 2.7.1.

O recorrente, por sua vez, foi o **único** a apresentar a declaração, comprometendo-se formalmente a:

"Entregar o item exatamente conforme todas as especificações do Termo de Referência e do Manual de Uso do Personagem Zé Gotinha/MS."

Essa declaração:

✓ é expressamente exigida pelo edital;
✓ gera responsabilidade formal perante a Administração;
✓ vincula o fornecedor ao objeto conforme descrito;
✓ constitui a **única garantia formal** exigida antes da entrega.

Se a Administração exige a declaração como instrumento de garantia, é **inadmissível** desconsiderar seus efeitos e privilegiar julgamento estético baseado em fotografias.

Assim, fica demonstrada grave inconsistência procedimental:
o único fornecedor que cumpriu a garantia formal exigida pelo edital foi desclassificado sem fundamento.

---

5. IMPOSSIBILIDADE DE ENVIAR VÍDEOS E A OBRIGAÇÃO DE DILIGÊNCIA

A plataforma eletrônica **não permite envio de vídeos**, motivo pelo qual todas as informações técnicas foram inseridas no memorial descritivo.

Em havendo qualquer dúvida, a pregoeira deveria ter promovido **diligência**, conforme determina o art. 64 da Lei 14.133/2021.

A ausência de diligência configura **erro procedimental grave**.

---

6. NULIDADE CONSUMADA DO FRACASSO DECLARADO

Há nulidade consumada porque:

– houve julgamento baseado em documento não exigido;
– houve desconsideração do documento obrigatório;
– interferência indevida do requisitante;
– ausência de diligência;
– afronta ao edital;
– frustração indevida do certame, apesar da existência de fornecedor habilitado.

Toda a cadeia decisória encontra-se comprometida, impondo-se a **anulação do ato** para restabelecimento da legalidade.

---

7. PEDIDOS

✓ Anulação imediata da decisão de fracasso;
✓ Habilitação plena do recorrente;
✓ Reconhecimento de que o recorrente cumpriu integralmente o edital;
✓ Análise formal do memorial técnico ignorado;
✓ Desconsideração do ofício sem competência jurídica;
✓ Prosseguimento regular do certame.

Nestes termos, pede deferimento.

SÃO LOURENÇO 25 DE NOVEMBRO 2025

RUBENS BASILIO DE FARIA
CNPJ: 28.250.680/0001-10